

Das “polacas” e “francesinhas” às “regateiras” e “decantadas”. Crítica ao imaginário e historiografia da prostituição da Manaus da Borracha.

From the "Polish" and "francesinhas" to the "regatiras" and "decantadas". Criticism of the imagination and historiography of prostitution in Manaus da Borracha

Paulo Marreiro dos Santos Júnior*

Resumo: O estudo reexaminou a prostituição na Manaus da *Belle Époque*, no início do século XX, período áureo da extração da borracha, contexto de transformações urbanísticas, arquitetônicas, de hábitos e costumes. A tradição historiográfica amazonense e o imaginário hegemônico olham glamorosamente a prostituição do período. O objetivo foi evidenciar outras historicidades da prostituição. Teoricamente, foi adotada a “História à contrapelo”, de Walter Benjamin, opondo à história oficial, como também a abordagem histórica da prostituição por Margaret Rago. Quanto à metodologia, pela via dialética, analisaram-se prostitutas populares através das ocorrências policiais do Jornal do Comércio do Amazonas, no decorrer dos anos de 1906 a 1917, matérias de cunho criminal, com linguagem indireta de seus redatores. Tais método e teoria opuseram-se ao ufanismo da Manaus da Borracha. Como resultado, iluminou-se a prostituição suprimida da outrora “Paris dos Trópicos”, testemunhando vidas de mulheres esquecidas e ocultadas pelo glamour de uma época.

Palavras-chave: Prostituição. História. Contradição Social.

Abstract: The study reviewed prostitution in the Manaus da Belle Époque, in the early twentieth century, the golden age of rubber extraction, context of urbanistic, architectural, habits and customs transformations. The Amazonian historiographic tradition and the hegemonic imaginary look glamorously at the prostitution of the period. The aim was to highlight other historicities of prostitution. Theoretically, Walter Benjamin's “History against the Counter” was adopted, opposing official history, as well as Margaret Rago's historical approach to prostitution. As for the methodology, through

* Doutor em história social pela PUC SP. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

dialectical way, popular prostitutes were analyzed through the police occurrences of the *Jornal do Comércio do Amazonas*, from 1906 to 1917, articles of criminal nature, with the indirect language of its writers. Such method and theory were opposed to the enthusiasm of Manaus da Borracha. As a result, the suppressed prostitution of the once “Paris of the Tropics” was illuminated, witnessing the lives of women forgotten and concealed by the glamor of an era.

Keywords: Prostitution. Story. Social Contradiction.

Este artigo trata da releitura histórica da prostituição na Manaus da Borracha, no período da *Belle Époque*, contexto de transformação urbanística, arquitetônica, social e culturais que caracterizaram as principais cidades da Primeira República brasileira.

A análise buscou contemplar a prostituta do baixo meretrício, através de seu cotidiano popular, seus contrastes, suas tensões, sua pobreza, suas estratégias de sobrevivência através dos registros das ocorrências policiais do *Jornal do Comércio do Amazonas*, questionando o imaginário hegemônico que mistificou o ufanismo da Manaus da Borracha, ausente de categorias populares, sendo este ensaio uma crítica à tradição historiográfica amazonense, cunhada pelas elites locais. Essa concepção teórica corrobora com a de Walter Benjamin, que “é preciso arrancar a máscara da falsa harmonia para desenterrar as contradições que dormem embaixo dela” (KONDER, 1999, p.14).

O trabalho também busca colaborar na construção de uma sociedade menos desigual através de evidências de um processo histórico dinâmico e múltiplo, permeado de oposições, conciliações, permanências e rupturas sociais e culturais. Pretende-se, para além de uma mudança histórico-social e cultural, reforçar a necessidade de se produzir conhecimentos diferenciados de parte da historiografia amazonense, engrossando a fileira de pesquisas que produzem uma “História à contrapelo” concebendo o ponto de vista dos “vencidos”, pela concepção teórica de Walter Benjamin, em oposição à história oficial de uma Manaus que buscou se alinhar às tendências dos ideais de modernidade, progresso e civilidade. Tais ideais ressaltaram historicamente a vivência das classes dominantes, ocultando, segregando ou esquecendo os oprimidos do passado, como as prostitutas do baixo meretrício. Dessa forma, a

concepção teórica de História aplicada aqui é a da dialética, vinculada às condições sociais, culturais e políticas.

As linhas teóricas adotadas tangenciam os métodos de Benjamin, sob a ótica da redefinição de uma história que se pretendeu consolidada:

O momento destruidor: demolição da história universal, eliminação do elemento épico, nenhuma identificação com o vencedor. A história deve ser escovada a contrapelo. A história da cultura como tal é abandonada: ela deve ser integrada à história da luta de classes (Benjamin, In: LÖWY, 2010).

Diferentemente de Benjamin e sua “luta de classes”, neste artigo não se pertence enxergar as “meretrizes” como categoria profissional, ou classe. Mas, adotar certas “imagens dialéticas” às classes dominantes, às elites, às autoridades manauaras, àqueles que impunham suas concepções de ordem, de valores morais, de conduta, de civilidade, de sociabilidade e convivência, ou seja, este estudo é dialeticamente uma crítica às concepções de modernidade, civilização e de progresso que embebedaram as elites manauaras do período da Primeira República e todo o ideário positivista que conduziu a construção da história de uma Manaus ufanista.

Para Benjamin, a função do materialismo histórico é a de “quebrar, de fazer explodir, de destruir o fio conformista da continuidade histórica e cultural. O materialista histórico deve, portanto, desconfiar dos pretensos “tesouros culturais””. Estes são construídos pelos intitulados “vencedores”, “despojos que tem por função confirmar, ilustrar e validar a superioridade dos poderosos” (LÖWY, 2010, p. 22). O glamour da prostituição na Manaus da Borracha, através das imagens construídas das “polacas e francesinhas” pode ser considerada como um dos espetáculos da modernidade, da civilidade e do progresso ufanista da “Paris dos Trópicos”.

Portanto, escovar a história a contrapelo é conceber a história em sentido contrário, “às avessas”, significa buscar a contra narrativa dos chamados “vencidos” por Benjamin, como as meretrizes, esquecidas ao longo da História amazonense. Resgatar essa historicidade, para além do conformismo historiográfico é um desafio entre passado e presente (MEATO, 2018, p. 4).

Para tanto, faz-se necessário compreender o contexto da virada do século XIX para o XX, período de uma Manaus que se apresentava com vigor, poder e espírito

expansionista sem precedentes na história da cidade. A economia gomífera (borracha, oriunda do látex da seringueira) semeou possibilidades de reconfigurações que deixaram suas marcas como signos de um período. Signos esses filtrados pelas elites e idealizadores para a reestruturação da cidade sob referenciais, em boa medida, europeus.

Para boa parte dos membros das elites locais, a Europa era o centro irradiador de ideias e valores, entendida por vários segmentos como ideal a ser seguido, influenciando a auto metamorfose urbana.

As mudanças urbanísticas ocorridas em Manaus, no entre séculos XIX-XX, convergiram com produtos, recursos e necessidades advindas da economia gomífera e de suas elites. Tal remodelamento de Manaus trouxe novos olhares sobre a cidade, uma redefinição por parte de seus próprios habitantes, especialmente autoridades e elites, da identidade e representações dos espaços urbanos. A *Belle Époque* manauara passou a ser representada por segmentos da sociedade local como uma cidade “moderna e civilizada”.

Mas, até que ponto os ideais em questão ditaram a rotina do cotidiano da cidade? Em que medidas segmentos sociais populares vivenciaram esse processo? Considerando que eles eram vistos como contrastantes do ufanismo.

Para tanto, torna-se significativo iluminar o período áureo da borracha visto que foi a partir desse momento que ideais como modernidade, civilidade e progresso passam a se tornar mais presentes no vocabulário de autoridades e no senso das elites locais.

Foi, na última década do século XIX, que grandes obras públicas foram erigidas, com a implantação de medidas que eram consideradas civilizadoras, progressistas e modernizantes. Foi nesse momento que a sociedade local, ou pelo menos suas elites, iniciaram uma identificação própria vista como representação da *Belle Époque*, enaltecendo a cidade de forma ufanística e objetivando suas sincronias com o que era avaliado como moderno e civilizado em eixos do Sudeste e de fora do país. Foi com a imagem de prédios que se tornaram emblemáticos, na ocasião da transformação da cidade, que Manaus ficou conhecida como “*Paris das Selvas*” (DAOU, 1998, p.173).

FIGURA I



Avenida Eduardo Ribeiro. Manaus – AM. Cartão postal da Fotografia alemã da década de 1910.

Fonte: <https://idd.org.br/acervo/avenida-eduardo-ribeiro-18/>

Trazer a prostituição da Manaus da *Belle Époque* à luz da História tem se tornado uma tarefa desafiadora. Pois, ainda permanece na memória dos cidadãos a imagem das cocotes francesas e polonesas, em bordéis e cassinos de luxo, acompanhadas de ricos seringalistas.

No entanto, desde os primeiros contatos com as fontes para construção desse artigo, percebeu-se que estavam estampados nos Jornais de circulação da época outros perfis de mulheres, outros segmentos da prostituição, que nada lembravam o perfil historicamente consolidado da meretriz local. As fontes também demonstravam prisões, multas, reprimendas, repressão, vigilância e queixas direcionadas a segmentos da prostituição que não foram contemplados por parte da historiografia local, ou seja, eram mulheres não vistas e ouvidas pela História de Manaus da virada dos séculos XIX e XX.

A história do glamour da prostituição na cidade era paralela à da *Belle Époque*, as “cocotes”, “polacas”, “francesinhas” do Hotel Cassina (espaço de diversão das elites, um conjugado de dancing, bordel e cassino), das Casas e bares elegantes da Av. Eduardo Ribeiro (principal avenida da cidade), nos cabarés onde se bebiam conhaque, champanhe, vinhos finos, nos quais desfilavam corpos femininos alvos, com seus cabelos – preferencialmente – loiros ou ruivos, ostentando artifícios e ornamentos: jóias, colares, pulseiras, brincos, “que atestam o *status* da cortesã. Roupas brilhantes, escarlates, coloridas, negras, justas, colantes, vistosas, decotadas, insinuantes, realçando as formas físicas bem conformadas” (RAGO, 1991, p. 195).

O perfil feminino da prostituição na cidade era retratado como mulheres com “os lábios polpudos e sensuais, os olhos lânguidos e as maçãs do lindo rosto empoadado à francesa – assim como sorriam as cocotas que nos chegavam de Lodz – as famosas ‘polacas’ das zonas do meretrício, e as ‘mademoselles’ dos cafés cantantes daqueles tempos” (BRAGA, 1975, p. 136). Criando uma imagem – de certa forma – cristalizada na memória hegemônica.

A prostituição vinha contribuir com o cenário da cidade, como um elemento a mais do processo civilizador, com seus personagens de alcova, caracterizados por encenações lânguidas e nem tanto ofensivas à moral e à sociedade. Eram retratadas as vantagens da prostituição, ou melhor, de um viés dela.

(...) a vinda de mulheres da Europa contribuía para aumentar a fama de cidade do prazer (...). Falava-se em todo Brasil, e mesmo no exterior, das famosas ‘francesas’ que arruinavam seringalistas e proprietários de casas aviadoras, em poucas noites (CORRÊA, 1966, p. 56).

Contribuindo para o magnetismo da prostituição, evidenciava-se a personificação da clientela: eram homens da “boa sociedade”, respeitáveis em seus negócios e de sucesso reconhecido, coronéis de barranco, seringalistas, políticos, oficiais de alta patente, administradores públicos, juízes, promotores, advogados, importadores, exportadores. Eram esses admirados nos mitos que retratavam os homens que acendiam seus charutos com notas de cem réis.

FIGURA II



O Hotel Cassina era o espaço de diversão das elites, um conjugado de dancing, bordel e cassino.
Fonte: Anuário de Manaus 1910, p. 93. Museu Amazônico.

Mas cabe iluminar o outro extremo da prostituição abastada, fora dos bordéis de luxo, dos clientes endinheirados, dos refinamentos *a la* cultura européia. Retratou-se parte do cotidiano de nacionais e estrangeiras que era sinalizada como do “baixo meretrício”, depreciadas por epítetos como “marafonas, mariposas, patuscas, regateiras, decantadas” e muitos outros, que não ganhavam o suficiente para seu sustento, obrigando-se ao furto de alimentos, eram as que estavam mais à mercê da violência masculina, desprotegidas nas esquinas, ruas e praças, despejadas por seus inquilinos, desiludidas com a cidade, voltando para sua terra natal ou seguindo caminho, algumas vezes para morte, através do suicídio.

Mulheres buscaram firmar seus passos em Manaus, quando a cidade passava por um processo de reestruturação. Muitas abandonavam a segurança do lar e a vida serena das pequenas cidades ou a falta de oportunidades e concorrência encarniçada das grandes. Dos lugarejos do interior do estado, saíam jovens e maduras caboclas, ribeirinhas, marcadas pelo traço indígena. Do Nordeste, muitas mulheres fugiam das secas, cicatrizadas pelo sertão, com aparências cansadas e “rudes”. De outras regiões do país, muitas iam para Manaus com o objetivo de “fazer fortuna”. Dos recôncavos da Europa Oriental, eram romenas, polonesas, russas. De outras regiões européias, eram portuguesas, espanholas, italianas. Do Oriente, eram turcas. Sul-americanas da Bolívia,

Peru e mais africanas e barbadianas. Mulheres que tiveram seus nomes, nacionalidades e naturalidades registrados nos livros de registros das delegacias da cidade e – às vezes – repassados ao público via páginas policiais do Jornal do Comércio do Amazonas.

Entre migrantes e imigrantes, as idas para Manaus foram motivadas por circunstâncias diversas: adversidades, fantasias, rebeldias, todas buscavam uma vida melhor na capital da borracha. Nessa empreitada, ousaram romper com perfis impostos ao gênero feminino, conhecendo realidades que, em muitos casos, se transformaram em vidas que se distanciaram dos sonhos acalentados (LUZ, 1996, p. 358).

Chegando a Manaus, essas mulheres tinham que competir no mercado de trabalho com as naturais e com as já sediadas na cidade. Umas procuravam desempenhar funções diversas, através de formas múltiplas de trabalho: ocupações permanentes, temporárias, casuais, domiciliares, subempregos e empregos flutuantes, à custa de improvisação e com expedientes variados, muitas vezes incertos (MATOS, 2001, p. 52). Outras iam à cata da clientela do meretrício. Eram prostitutas que não se fixavam, característica intrínseca à profissão, sempre procurando novos fregueses, melhores ganhos, acomodações mais aceitáveis, não se sedentarizando em uma única relação, mudando de identidade, vivendo as expectativas de cada freguês em cada lugar (RAGO, 1991, p. 198).

Umas e outras ansiavam melhores perspectivas. As dificuldades do cotidiano da cidade contrastavam com a prosperidade propagada. As vantajosas promessas da lei nº 8, de 21 de setembro de 1892, em muitos casos, nunca se cumpriram, deixando migrantes e imigrantes à própria sorte. Mediante essa lei, Eduardo Gonçalves Ribeiro (governador do Amazonas de 2 de novembro de 1890 a 5 de maio de 1891, e de 27 de fevereiro de 1892 a 23 de julho de 1896) ficou autorizado a conceder passagens de terceira classe gratuitas a bordo de navios a vapor, que iam do sul do país rumo ao norte, da Europa ou da América do Norte rumo ao Brasil, para todo artífice nacional ou estrangeiro que desejasse fixar-se na região. Os benefícios de transporte eram estendidos às famílias dos pretendentes. No primeiro mês, enquanto não se acomodassem, tinham direito a alojamento e uma diária de 2\$000 reis.

Mulheres identificadas por suas características ideais: voltadas às atividades do lar, solteiras acanhadas, mães zelosas com seus filhos, esposas subjugadas à figura

marital tiveram que redefinir seus conceitos, burlar regras, demarcar estratégias para satisfação de suas necessidades e familiares.

Entre muitas adaptações, o “baixo meretrício” significava uma saída para mulheres marcadas pelo tempo, pela labuta, como para belas jovens que desconheciam as estratégias e os melhores espaços para a prostituição, também era a alternativa de prostitutas experientes que não foram incorporadas às melhores, atrativas e bem cotadas casas lupanares, quiçá por suas feições, hábitos, ornamentos e comportamentos, possivelmente rejeitados por clientes abastados.

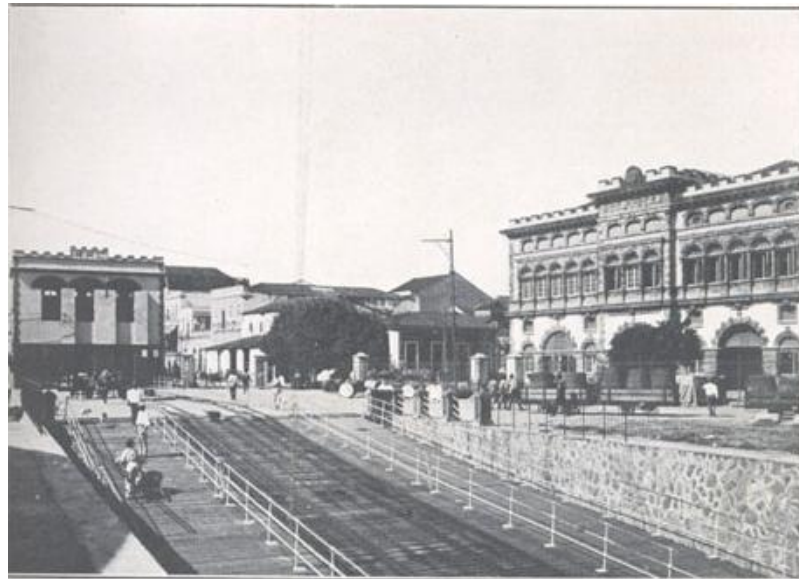
Por outro, a “Zona Estragada” representava “desafio aos papéis femininos socialmente aceitos, não deixava de ter um certo fascínio, parecendo oferecer alegrias e prazeres interditados no mercado formal de trabalho” (LUZ, 1996, p. 359). Buscando fugir de perfis impostos socialmente, o meretrício poderia representar a liberdade tantas vezes sonhada e buscada nas noites da boemia, deixando a monotonia de lado na troca de parceiros.

Era na área equivalente ao baixo meretrício (rua Itamaracá e a Estrada Epaminondas, no centro de Manaus) que a prostituição era vista como ameaçadora, turbulenta, conflagrando a tranquilidade. Principalmente nesses espaços, as prostitutas eram associadas à violência e à criminalidade. Ao contrário das “cortesãs”, as meretrizes “pobres eram vistas como a degeneração da mulher, como a falência da moral da família” (MARQUES, 196, p. 546), com riscos e malefícios à saúde pública.

Na “Zona”, a vigilância ostensiva da polícia estava sempre presente com rondas periódicas. Eram nesses “antros” que a prostituição se mostrava de forma mais explícita, como nas ruas Itamaracá, Estrada Epaminondas e Frei José dos Inocentes, com seus inúmeros bares, botequins e pequenos hotéis de 3º classe, “casas de tolerância”, como a “Pensão da Mulata” onde segundo as autoridades, “reuniam-se indivíduos de toda casta”, casas de diversões, como o “El Dorado”, reputado como “um ninho de mulheres de vida fácil” (PINHEIRO, 1999, p. 71-72) e o Café Suíço, “centro para onde converge a escória social de Manáos” (Jornal do Comércio. Coisas Policiais. “*Rivais no officio*”, 27 de julho de 1917). Além da vigilância policial, esses espaços eram os principais alvos das concepções de médicos higienista, criminologistas e demais autoridades públicas no que tange à prostituição. Pois, lá se encontravam as “sexualidades perigosas” (RAGO, 1996).

Mas, o foco higienista, os estudos criminológicos e, especialmente, a vigilância policial não se limitavam somente a tais ruas, hospedarias e casas de diversões, eram nas proximidades do Mercado Público Adolfo Lisboa e do Porto da Manaus Harbour que a repressão policial se dava também de forma efetiva. Em estabelecimentos, praças e ruas próximas ao Mercado e ao Porto, a presença de meretrizes era uma constante.

FIGURA III



Entrada do Roadway da Manaus Harbour, ponte do porto.
Fonte: Anuário de Manaus, 1913-1914. Museu Amazônico. Manaus.

Esses espaços, Mercado e Porto, eram áreas de concentração masculina popular. Eram trabalhadores que, após um dia exaustivo de trabalho, procuravam a companhia feminina de mulheres “de vida airada” (Jornal do Comércio do Amazonas), associando a umas talagadas da “branquinha” (cachaça) para se atenuar a fadiga. Carregadores, ambulantes, barraqueiros do Mercado Público, marítimos, catraieiros, foguistas, estivadores, peixeiros, maquinistas que trabalhavam no Porto e em embarcações, seringueiros, agricultores, pequenos comerciantes recém-chegados em vapores convertiam seus espaços de trabalho durante o dia para territórios do prazer, na companhia de prostitutas à noite.

Em áreas como o Mercado e o Porto havia uma proximidade nada casual entre prostitutas e trabalhadores populares. Pois, eles eram seus principais clientes, exercendo

uma cumplicidade entre tais atividades nas opções de lazer e prazer (PINHEIRO, 1999, p.71).

Áreas públicas de intenso fluxo de transeuntes, como os citados, eram locais estratégicos como “pontos” do baixo meretrício. A tabela a seguir, produzida através do periódico “*O Chicote*”, de 1914, evidencia um roteiro da prostituição nas ruas de Manaus, tendo o respectivo valor relevante a cada área e qualidade do serviço prestado, exposto pelo redator de uma forma – como de praxe – bem pejorativa:

TABELA I
“Variações da Zona Devassada”.

RUAS	PREÇOS	RUAS	PREÇOS	RUAS	PREÇOS
Epaminondas	4\$000	J. Sarmiento	2\$400	Independência	1\$500
Itamaracá	3\$500	C. Azevedo	2\$200	R. Andradas	1\$400
Dez de Julho	3\$000	S. Marinho	2\$000	B. Comércio	1\$200
J. Clemente	2\$800	24 de Maio	1\$800	FRG. Remédios	1\$000
L. d’Almada	2\$600	Dem. Ribeiro	1\$600		

FONTE: *O Chicote*, Manaus, 22/02/1914, (PINHEIRO, 1999, p.73)

Esses locais, nos quais se concentrava a prostituição de baixo custo, recebiam maiores atenções da polícia porque também eram lá os locais preferenciais para o encontro com a clientela, e como esta era composta por populares, a polícia tinha motivos em dobro para vigilância dos focos de prostituição, uma vez que homens de “baixo estrato social” eram considerados tão suspeitos e perigosos quanto as prostitutas.

Pelas crônicas policiais, fica perceptível que, na maior parte das vezes, prostitutas não foram presas pela prática de prostituição. Apesar de a profissão não ser benquista pelas autoridades, as prostitutas não eram reprimidas pelo fato de se prostituírem, mas por atos de descompostura em público. Estabelecer padrões de moralidade no universo “*libertino*” da prostituição, firmou-se como uma necessidade e estratégia para que não se ultrapassassem muralhas disciplinadoras (LUZ, 1996, p. 358).

Conforme o senso das autoridades e elites, em contraposição à turbulência e desregro das “marafonas, decantadas e regateiras” do baixo meretrício, os comportamentos da prostituição tidos como referência eram os das “cocotes”, bem treinadas e instruídas nas artes da discrição, da reserva e da moderação.

Juntamente com a venda do prazer, o mundo da prostituição destilava práticas eróticas, sexuais e sociais mais refinadas, já que aí se praticavam formas de sociabilidade referenciadas pelos padrões da cultura europeia. Homens de idades, classes, profissões, nacionalidades diversas participavam desse microcosmo, discutindo política, jogando cartas, bebendo, dançando, acompanhados pelas cocotes (...) (RAGO, 1991, p. 25).

Apesar do tradicionalismo historiográfico amazonense apresentar apenas o glamour da prostituição da época da borracha, de acordo com Renata Fernandes Marques:

(...) o mundo da prostituição não se resumia aos bordeis de luxo, onde as decisões políticas e econômicas importantes podiam ser tomadas. Havia um mundo da prostituição, aquele que habitava as sombras das ruas, das moradas precárias, dos cortiços e das vilas operárias (MARQUES, 1996, p. 545).

Quanto às profissionais da “zona” manauara, viviam em meio tumultuado, com a clientela “rude”, o descontentamento com os poucos pagamentos e os contextos culturais das próprias meretrizes também proporcionavam adversidades nas relações de convivência, bebida em demasia, indisciplina e distúrbios, colocando em perigo a chamada “boa ordem”. Em grande parte e de acordo com as notas do Jornal do Comércio, as prisões de meretrizes ocorriam motivadas por tais casos.

Assim, as crônicas policiais listavam embriaguez, furto ao cliente, lesão corporal à colega de profissão ou ao freguês, ofensa à moral pública, injúria, difamação como os principais motivos de prisões de prostitutas. Em última instância pela prática da prostituição.

Nos anos pesquisados, foram contabilizados 62 casos diversos nos quais prostitutas foram presas, contra 35 casos envolvendo prisões por “prostituição”. O próprio regulamento dos delegados de polícia não tachava a repressão à prostituição e sim às “inconveniências à moralidade pública”.

Dos Delegados de Polícia:

XXV – ter sob sua vigilância as prostitutas, providenciando contra as mesmas, sem prejuízo do processo judicial, da maneira que sem violência, julgar mais conveniente à moral pública. (Leis, Decretos e Regulamentos. Tomo IV 1906. De Janeiro a Dezembro, Volume 4 e 5.

Regulamento da Polícia Civil do Estado Do Amazonas. Capítulo III – Dos Delegados da Capital. Biblioteca da Associação Comercial do AM.)

A prisão por “afetar a moral pública” era a principal acusação que recaía sobre a prostituta, ocasionando a detenção da mesma. Para o período da *Belle Époque* manauara, foi fundamental que mecanismos de vigilância constante fossem imprimidos às meretrizes a fim de que os “bons costumes” não fossem afetados. Dessa forma, a Guarda Civil de Manaus era imbuída da missão de tomar medidas repressoras contra o “escândalo público” proporcionado não pela prostituição e sim por prostitutas do baixo meretrício e seus desregramentos públicos.

Muitas das vezes, prisões de prostitutas tinham um objetivo claro: conter sua explicitação, seus comportamentos arreliaados que denegriam a imagem pública. Convicta de sua função repressiva, a polícia criminalizava comportamentos vistos como ofensivos, não necessitando de razões muito plausíveis para efetuar a prisão. As crônicas policiais denotaram ausência de acusações específicas, a não ser as que implicaram infração ao decoro. O essencial era mantê-las reclusas, longe das vistas públicas, como as “francesinhas” no interior dos bordéis de luxo. Mas, se não fossem submissas a alguma casa de lupanar, a cadeia seria uma alternativa, pelo menos por algum tempo:

Pelo guarda civil Jeronymo Sampaio foi presa hontem, ás vinte horas, á estrada Epaminondas, por **infracção do regulamento da polícia civil**, a meretriz Rosa Suhru, que foi conduzida á delegacia do segundo districto, onde a autoridade de serviço lhe passou um especial. (Jornal do Comércio. Coisas Policiais: “Rosa marcha”, 18 de setembro de 1917.)

O próprio Código de Posturas do Município dava a entender o principal objetivo das autoridades no tocante à prostituição: ocultá-las. Não as erradicar inteiramente da sociedade.

Isso ocorria porque, no processo de modernização da cidade, a prostituição era vista como um “mal necessário” (MARQUES, 1999, p. 545), era através dela que a “família higiênica” (MARQUES, 1999, p. 545) tinha sua possibilidade de manutenção, vendo na prostituta uma válvula de escape do cerceamento da moralidade familiar, da disciplina do trabalho, dos códigos normativos convencionais, da transgressão à normatização da relação conjugal. Era sabida a importância das meretrizes para a

iniciação sexual dos jovens das camadas mais e menos favorecidas, amenizando o ânimo dos impulsos sexuais prementes, garantindo a virgindade das moças solteiras e futuras esposas (RAGO, 1991, p. 24-25).

Administradores públicos chegavam a naturalizar e historicizar a presença das prostitutas, como justificativa para a ausência de repressões mais ferozes.

Quanto á prostituição todos os meios têm sido empregados para evitar a sua propagação desde os tempos de Sólon até os nossos dias sem que se tenha, ao menos, a sua diminuição. Ella existio em todos os tempos e há de existir sempre. O que cumpre fazer é evitar a facilidade do seu exercício, é prohibir por todos os meios a sua exhibição. Infelzmente entre nós já existem as casas de proxenetismo. (Mensagem lida pelo Exm. Sr. Governador do estado Cel. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt. 10 de julho de 1910.)

Fazer evitar a “facilidade do seu exercício” e “os meios a sua exhibição” obedeciam a limites. A coexistência pacífica entre sociedade e prostitutas iria até o ponto em que essas não “escandalizassem” o cotidiano público com posturas “desregradas” (RAGO, 1996). Consideradas trãnsfugas sociais, as prostitutas – principalmente as pobres – eram toleradas na sociedade desde que permanecessem ocultas, não tanto de corpo presente, mas no que diz respeito a algumas de suas características de convivência, semelhantes às de muitos outros populares: beberronices, altercações, arrelias e outros.

Às vezes, o “mal necessário” ultrapassava os limites socialmente impostos de coexistência pelo excedente do número de prostitutas, tornando-se uma eventualidade deparar-se com prostitutas nas esquinas, ruas, praças e demais espaços da cidade, uma agressão ou um desconforto à ordem disciplinar. Em tais casos, eram utilizadas estratégias de manutenção do equilíbrio entre coletividade e meretrício através de desterros.

Por isso, obedecendo a uma política de equilíbrio, o excesso da prostituição na cidade era enviado de tempos em tempos para seringais, com intuito de levar lazer ao seringueiro incrustado na monotonia da selva, contrabalançar o quantitativo e a relação entre os sexos, provocar matrimônios e fixar o homem a terra através da constituição de uma família.

Entre inúmeros desterros que ocorreram de Manaus para outras regiões do norte extremo do país, o Sr. Valdenor Jardim Alves Ferreira, colecionador de documentos e

conhecedor da história de Cruzeiro do Sul, no Acre, conta que em 1905 as autoridades tentaram levar para lá uma certa quantidade de mulheres de Manaus, objetivando equilibrar um pouco a população, uma vez que a quantidade de mulheres em relação aos homens era diminuta naquela região. Histórias semelhantes coincidem com relatos descritos por Alfredo Lustosa Cabral:

Foi por isso, atendendo a tamanha irregularidade de vida, que, certa ocasião, a polícia de Manaus, de ordem do Governador do Estado, fez requisição nos hotéis e cabarés dali de umas cento e cinquenta rameiras. Com tão estranha carga, encheu-se um navio cuja missão foi a de soltar, de distribuir as mulheres em Cruzeiro do Sul, no Alto Juruá. (...) (Wolff, 1999, p. 86).

As que permaneceram na cidade eram obrigadas a passar por suas agruras, não tanto piores ou melhores que as sofridas nas deportações. Em meados do segundo decênio do século XX, conforme relatos incisivos dos administradores públicos, a situação econômica de Manaus tornara-se “caótica”, com a queda do preço internacional da goma elástica, o montante pecuniário circulante caiu assustadoramente. Esse contexto econômico adverso era refletido na comercialização do sexo. Por isso, inúmeros casos de intrigas entre prostitutas foram evidenciados pelo redator por motivos de “concorrência”, quando

“officiaes do mesmo officio, como é obvio, empenhava-se uma em apoucar o mais que possível, a mercadoria exposta ao consumo publico pela outra” (Jornal do Comércio. Coisas Policiais: “Rivaes no officio”, 25 de julho de 1917).

Os valores contidos na tabela VIII mostram no contexto de 1914 uma concorrência acirrada entre prostitutas, agravando-se ao avançar de cada ano de derrocada da goma elástica e, conseqüentemente, de Manaus. Na luta pelo escasso freguês, valia tudo, até as provocações mais originais à concorrência que – às vezes – seriam consideradas hilariantes se não exteriorizassem a vida trágica e difícil de algumas prostitutas daqueles dias:

A zona estragada da estrada Epaminondas que, nestes ultimos dias, parecia gozar de uma paz relativa, foi hontem, perturbada por um fuzuê damnado.

Felismina Cardoso de Oliveira almoçara franciscanamente, dormira a sesta e ao despear, uma das companheiras com um grande ar de mysterio a transparecer no semblante, entregou-lhe um pequenino embrulho.

Felismina abriu-o e deparou qualquer coisa de anormal. Esfregou bem os olhos, arregalou-os e certificou-se de que estava realmente acordada. O pequenino envulcro continha um pimentão vermelho, e annexo um bilhete aconselhando-a a fazer daquillo o uso que bem lhe conviesse.

Mandára-lhe aquella prebenda, segundo resava o bilhete, a sua colega de officio Alahyde Garcia.

Felismina enfureceu-se. Aquillo era um repetivel desafôro. E a colera ainda mais se acentuou quando alguém lhe disse que o pimentão daquela espécie, mandado assim, a qualquer pessoa, indicava que o presenteado devia voltar o pensamento a avó de seus filhos, se fosse casado, ou á companheira do papá, se fosse solteiro. (...) no segundo districto (...) o guarda de permanencia atarantado com aquella historia em que rolava pimentão sinistro mandou-as embora, depois de um especial de corpo presente. (Jornal do Comércio. Coisas Policiais: “Presente de grego”, 16 de julho de 1917).

Casos de prisões por lesão corporal grave, leve, injúria e difamação entre meretrizes na Rua Itamaracá e Estrada Epaminondas (no centro de Manaus) foram recorrentes nas crônicas policiais. As intrigas entre prostitutas ocorriam não só por concorrência, a própria convivência cotidiana, habitando nas mesmas pensões, questiúnculas pessoais levavam prostitutas a discussões e enfrentamentos. Em alguns casos, tais questões eram levadas à polícia.

Rosa Levy, a conhecida Rosa Tartaruga, celebre na zona estragada pelas suas prezas, voltou, hontem, a dar um arzinho de sua graça.

Por uma nuga qualquer inticou com a collega de officio Altamira de Carvalho, residente á rua Itamaracá, dezesete, e d’ahi dar-lhe todo o santo dia um baile de arriar a crista á mais emprouada.

Altamira, que teme a linguazinha da Tartaruga e as encrencas com a policia, queixou-se á delegacia do segundo districto, onde o guarda Jose Roland, numa mansidão de capuchinho pregou á Tartaruga um sermão ás direitas. (Jornal do Comércio. Coisas Policiais: “A Tartaruga cahiu na rêde”, 7 de junho de 1917).

Mas, nem sempre os casos eram levados ao conhecimento policial, em redutos considerados refratários, os contatos entre prostitutas e policiais causavam incertezas a elas. Ao reclamar de situações que se definiam até mesmo como atos de violência, prostitutas passaram de “vítimas” a “causadoras” e, por isso, culpadas desses atos maléficis, pois eram consideradas despudoradas, liberando a dimensão animalesca dos

fregueses e de outros, levando-os a cometer violências. A inversão de papéis poderia muito bem ocorrer, sendo a meretriz a culpada de ser agredida por um freguês, de ser estuprada, ofendida e até mesmo por casos corriqueiros no convívio do baixo meretrício.

Á estrada Epaminondas, cinquenta, reside a mariposa Amélia Corrêa Louro, que tem como vizinha a colega de profissão Maria Anália. Talvez que entre ellas a amizade não haja creado raízes fortes, porquanto de vez em vez surge um desaguisado qualquer que põs uma de prevenção com a outra. Diz a Maria que a culpada de tudo é a outra que tem por habito matar o bicho um pouquinho mais do costumado.

A outra replica que não, que os seus porres são tomados honradamente em família ...

O que é facto é que a encrenca lá está todo o santo dia.

Hontem, por exemplo, Amélia foi á segunda delegacia, puxando umas cinco libras de pressão, e contou uma historia de sete cabeças ao guarda de permanência, contra a sua vizinha.

Chamada esta á presença da autoridade, lançou a culpa toda sobre Amélia, fazendo trabalhar os pauzinhos com tanta habilidade que a pobre Amélia, que tinha querido sujar a companheira, foi quem marchou para o xadres (Jornal do Comércio. Coisas Policiais: “O feitiço por cima do feiticeiro”, 17 de junho de 1917).

O convívio cotidiano de meretrizes na “Zona” e nas “casas de tolerância” envolviam práticas diversas, e muitas vezes resultavam em choques culturais. Todas envoltas a estratégias de sobrevivência e de atração ao disputado cliente. Eram nacionais e estrangeiras, de naturalidades denunciadas pelos seus nomes e sobrenomes: Marias, Joanas, Annas, Raimundas, Franciscas, Amélias, Philomenas, como também Stamber’s, Blanca’s, Albar’s, Pepa’s, Gron’s, Zagury’s, Suhru’s, Levy’s, Suchard’s, Rosemberg’s, entre muitas outras. Mulheres paraibanas, baianas, paraenses, caboclas e “negras como azeviche” (Jornal do Comércio. Coisas Policiais: “*Por causa da competência*”, 20 de agosto de 1917) eram as mais comuns nas “zonas estragadas”, ao lado de europeias, árabes, africanas e sul-americanas. Ao contrário do que se transmitiu por parte da historiografia amazonense, as “polacas” dos bordéis de luxo não correspondiam somente a traços étnicos definidos, mas faziam parte de todo um imaginário a respeito da prostituição, tendo a “francesinha ou polaca” como parte de um cenário, no qual ela era a peça principal, mas nunca auto-suficiente.

Em vez de “olhos lânguidos e as maçãs do lindo rosto empoadado à francesa” (BRAGA, 175, p.136) o que se percebeu pelas ocorrências policiais foram mulheres de

faces sofridas, de olhos tristes, obstinadas em permanecer em uma cidade que buscava ocultar sua presença, principalmente se exteriorizassem sua pobreza e seu “baixo valor” no meretrício.

Os registros policiais, por meio das crônicas, denunciaram que o índice de miséria entre as prostitutas de Manaus era intenso, que em alguns casos os seus rendimentos não eram suficientes para manterem sua subsistência básica, sendo levadas ao furto de seus clientes, como o caso de Suzana Stamber, na rua Itamaracá, que furtou um seringueiro em vinte reis (Jornal do Comércio. Chronica Policial: “Mordeu em vinte”. 4 de janeiro de 1908). Furto de alimentos era uma realidade, como guloseimas: “Queimasse pelas guloseimas a decahida Iris Corrêa da Silva. O interessante, porém, é que gostando tanto de doces, Iris só os saboreia de meia cara, á custa alheia (...)” (Jornal do Comércio, “Virou a Geringonça”. 24 de agosto de 1917).

A prostituição era o caminho traçado por muitas mulheres que buscavam fama, fortuna ou pelo menos a sobrevivência na “Paris dos Trópicos”. No entanto, conforme as ocorrências policiais, o que muitas encontravam era desilusão, carestia, segregação e arrependimento.

Algumas meretrizes ao chegarem, caso não fossem enquadradas nos bordéis de requinte, tornavam-se propensas a desilusões pela precariedade do baixo meretrício. Um certo número não tinha mais proventos para voltarem para sua região de origem quando arrependidas. Envoltas pela miséria, repressão e marginalidade social algumas optavam pela morte como única solução para suas agruras. Logo, tentativas de suicídio entre prostitutas se repetiam em Manaus:

Na pensão nº 7 da rua Henrique Antony, onde reside a mundana Maria Deusa tentou suicidar-se domingo ingerindo forte dose de sublimado. As suas companheiras comunicaram o fato a policia que fez transportar a transloucada rapariga para Santa Casa de Misericordia, onde se acha em tratamento. (Jornal do Comércio. Coisas Policiais: “Queria Morrer”: 26 de abril de 1917).

Os suicídios ou tentativas podem ser compreendidos como uma percepção clara da prostituta de sua condição excludente ou do não pertencimento do rol de privilegiamentos que a cidade ofereceria. No geral, foram mulheres que se perceberam rejeitadas, sem espaço, importância e se auto-aniquilaram, ou pelo menos tentaram.

Seria o último ato de uma mulher que incorporou as representações da exclusão, não tendo mais forças para lutar contra ela (PESAVENTO, 2001, p. 331).

As crônicas policiais deram pistas que possibilitaram imaginar os motivos que levaram tais mulheres a “colocarem termo a vida”, os motivos poderiam ser os mais corriqueiros ou verdadeiras tragédias, futilidades, miséria, gravidez indesejada, falta de perspectiva, vícios, inadaptação à cidade, angustias. Várias poderiam ser as causas de suicídios por mulheres do baixo meretrício.

Entre inúmeros aspectos que traçavam a diferença entre os casos, todos apresentavam uma comum condição: a pobreza. Eram moradoras de pensões, hotéis e hospedarias de 3ª classe, frequentavam casas de diversão eminentemente populares, possuíam características pessoais – narradas pelas crônicas – que denotavam sua condição de miséria.

A prostituição poderia chegar a ser uma atividade rendosa, seduzindo mulheres pobres pela possibilidade de uma nova vida. Porém, a prosperidade não chegava a todas. Voltar à condição anterior - às vezes – era inviável.

A especulação de uma dessas muitas donas de pensões de toleradas de que Manaus conta um bom nº, hontem sendo causadora da morte de uma infeliz daquelas por falta de suas lindas gerais a seguinte. As coisas de uns três dias mudara-se para a pensão Rosa Levy, a rua Itamaracá 22, a horizontal Josepha Maria da Conceição que como garantia do comodo que passou a ocupar adiantou de aluguel a importância correspondente a três dias. Ao regressar hontem à tarde à casa notou Josepha com grande espanto que allí aparentemente se achava ocupado por nova inquilina. Chamada Rosa, pediu explicações, coisa que se negou a proprietária da pensão.

Sem outro remedio, Josepha resignou-se a procurar outro comodo. Natureza fragil porem preocupou-a aquele procedimento de Rosa a tal ponto que por volta das 17:00 horas descendo o Roadway quis por termo à vida atirando-se a agua. Salvou-a, porem, o catraeiro Manuel Gonsalves Ribeiro. O subdelegado (...) que se encontrava casualmente no local, fe-la conduzir-a (...) à primeira delegacia (...). Maria da Conceição conta 21 anos e é natural de Pernambuco. (Jornal do Comércio. Coisas Policiais: “Queria morrer”, 29 de maio de 1917)

Se o mundo da prostituição de luxo podia ser comparado a imagens que evocavam prazer, tranquilidade e segurança, agregados à devassidão, o baixo meretrício, conforme Margareth Rago

(...) vinha inevitavelmente associado à ideia da animalidade da carne, da bestialidade do sexo, do gozo irrefreável e da orgia sem limites, atestando o último degrau de degradação atingido pela humanidade. Tudo aí passava pelo crivo do negativo, do sombrio, da brutalidade humana (RAGO, 1991, p. 242).

Prostitutas pobres eram comparadas a uma “sordidez maldita”, vistas por uma volúpia desenfreada, permeadas de excessos que assustavam as classes privilegiadas. Eram perspectivas que pairavam sobre a condição social, comportamental e todo o entorno dessas mulheres, e não tanto pela objetividade da venda do sexo. Por isso, a polícia se fazia mais presente nos “antros” do baixo meretrício que em outros.

Assim, buscou-se iluminar um cotidiano urbano, através de suas meretrizes, mas resta muito ainda por se fazer, o estudo sobre as vivências populares tem muitas frentes, são nuances de um passado que estão em profundezas e que devem ser trazidas à superfície, são “outras histórias” (MATOS, 2005) para serem contadas. Como bem escreveu Benjamin, “em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela” (Benjamin. In: MEATO, 2018, p. 4).

REFERÊNCIAS:

ARANTES, Antônio Augusto. **Paisagens Paulistas**. Campinas, SP UNICAMP. São Paulo. Imprensa Oficial 2000

BERTARELLI, Maria Eugenia. **RIBEIRO, Eduardo Gonçalves**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/RIBEIRO,%20Eduardo%20Gon%C3%A7alves.pdf>, acesso em 15/01/2020.

BRAGA, Genesino. **Chão e Graça de Manaus**. Manaus: Ed. Fundação Cultural do Amazonas, 1975.

CORRÊA, Luiz Miranda. **O Nascimento de uma Cidade. (Manaus, 1890 a 1900)**. Manaus: Edições Governo do Estado do Am. 1966.

KANG, Jaeho. **O espetáculo da modernidade. A crítica da cultura de Walter Benjamin**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000200012. Acesso em 15/01/2020.

LÖWY, Michael. **“A contrapelo”**. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). *Lutas Sociais*, São Paulo, n.25/26, p.20-28, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/Vol.2526/michael-lowy.pdf>, acesso em 12/08/2019.

LUZ, Ana Cristina da. França, Miriam de. Wolff, Tonia Cátia B. **Dancings e Cabarés – Entre a Fantasia, a realidade e a Hipocrisia.** In: Lená Medeiros de Menezes (organização). História & Violência: Anais do VII Encontro Regional Núcleo da ANPUH. Rio de Janeiro, 7 e 11 de outubro de 1996.

MARQUES, Renata Fernandes. **O Discurso Médico em Relação à Prostituição no Rio de Janeiro da Belle Époque.** In: Lená Medeiros de Menezes (organização). História & Violência: Anais do VII Encontro Regional Núcleo da ANPUH. Rio de Janeiro, 7 e 11 de outubro de 1996.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura. História, Cidade e Trabalho.** Bauru, SP. EDUSP, 2002.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Âncora de Emoções. Corpos, subjetividades e sensibilidades.** Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.

MEATO, Juliana Araújo. Ensinando História a Contrapelo: reflexões benjaminianas. Revista Encontros. Volume 16. Nº 31, 2018. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/encontros/article/view/2019>. Acesso em 14/01/2020.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1899 – 1925).** Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma Outra Cidade: o Mundo dos Excluídos no Final do Século XIX.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta, uma história. Alto Juruá, Acre (1890-1945).** São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

RAGO, Margaret. **Os Prazeres da Noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 – 1930).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. Prostituição e mundo boêmio em São Paulo (1890-1940). In: AFONSO, Mariana Luciano; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **Prostituição: uma história de invisibilidade, criminalização e exclusão.** Anais eletrônicos - Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em:

http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1372969868_A_RQUIVO_versaofinalparafazendogenero.pdf. Acesso em 13/01/2020.

*Recebido em Agosto de 2019
Aprovado em Dezembro de 2019*